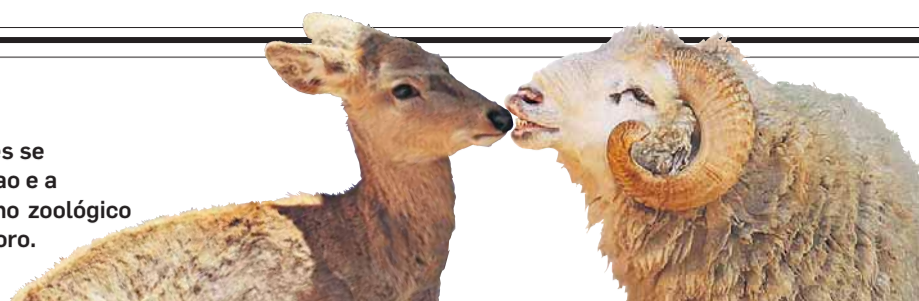




PLANETA

UNIÃO INTERESPÉCIES

Ontem, dia de São Valentim, no qual em alguns países se comemora o dia dos namorados, o carneiro Changmao e a corça Chunzi ganharam cerimônia de 'casamento' no zoológico Yunnan, em Kunming, na China, após meses de namoro.



REUTERS

Ibama usa brecha da lei e multa desmate

Apesar de lei de dezembro transferir aos Estados a tarefa de fiscalizar desmatamento, órgão interpreta que pode autuar e lavra R\$ 24 milhões em um mês

Marta Salomon / BRASÍLIA

A transferência da tarefa de fiscalizar o desmatamento ilegal para os Estados, por meio de lei sancionada em dezembro pela presidente Dilma Rousseff, não impediu o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de aplicar multas pelo corte de árvores na Amazônia.

Numa época de chuvas, em que o uso de motosserras costuma dar uma trégua, o Ibama registrou R\$ 24,8 milhões em autuações em menos de um mês, segundo dados preliminares, que incluem multas por desobediência ao embargo de terras desmatadas no ano passado, com o uso de devastadores correntões.

"A lei sancionada no final do ano não tira o Ibama da jogada, como muita gente imaginou", disse ao Estado o diretor de Proteção Ambiental do instituto, Ramiro Martins-Costa. "Certamente vai haver questionamento jurídico, mas entendemos que, embora prevaleça a multa do órgão estadual, o Ibama não está impedido de autuar", completou.

Batizada com o nome do pássaro gigante mais poderoso do filme *Avatar*, de James Cameron, a Operação Toruk está em campo na Amazônia desde 16 de janeiro. Helicópteros do Ibama viram o que os satélites do Instituto Nacio-



Limpa. Área desmatada em Mato Grosso do Sul flagrada pelo Ibama: com nova lei, cai número de autuações em relação a 2011

nal de Pesquisas Espaciais (Inpe) não enxergam no momento, por conta do acúmulo de nuvens na região. Foram apreendidos quatro caminhões, quatro tratores e 55 m³ de madeira, segundo balanço preliminar do Ibama.

De acordo com levantamento feito só em Mato Grosso - Estado responsável pelo surto de desmatamento verificado no ano

passado -, 15 proprietários foram notificados por desmate ilegal nos municípios de Feliz Natal, Nova Ubiratã, Vera, Itanhanga e Tapurah. Se não apresentarem autorização concedida pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, também serão multados.

A operação se estende por regiões de outros três Estados:

Amazonas, Maranhão e Pará. O valor das multas registrado até aqui não chega perto dos R\$ 170 milhões aplicados em janeiro do ano passado em 203 infrações por crime ambiental.

A operação de combate ao desmatamento na Amazônia foi lançada para evitar um novo surto de desmatamento em decorrência da interpretação da

lei sancionada em dezembro e que supostamente esvaziaria a fiscalização do Ibama. De acordo com a lei, cabe aos Estados fiscalizar as áreas em que a competência para licenciar o corte de vegetação for do órgão ambiental estadual.

O Ibama se baseou num dos dispositivos da lei que diz que a União não está impedida de

Pane em satélite atrapalha monitoramento

Um defeito no satélite japonês Alos (da sigla em inglês de Advanced Land Observing Satellite) vem impedindo a observação detalhada do movimento de motosserras na Amazônia na época das chuvas. O Alos permite enxergar a degradação das florestas mesmo na presença de nuvens na região.

O satélite está fora do ar desde abril. A expectativa é de que um novo modelo seja lançado até 2013, mas depende do orçamento do governo japonês, comprometido pelas consequências do tsunami de 2011.

O Alos é uma peça importante no combate ao desmatamento no País. Em 2011, o governo anunciou a menor taxa de desmatamento da história, desde que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) passou a monitorar o corte da floresta, em 1988. / M.S.

fiscalizar. O dispositivo determina, no entanto, que prevalece o auto de infração ambiental lavrado pelo órgão estadual. "O Estado pode ir lá multar também e, nesse caso, valerá a multa do órgão estadual, ainda que tenha valor mais baixo", avaliou o diretor de Proteção Ambiental do Ibama.

MPF entra com ação contra porto em Santos

Giovana Girardi

O Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação civil pública na semana passada para tentar impedir a construção de um terminal portuário particular no Largo Santa

Rita - uma área do estuário de Santos (litoral sul de SP) ainda relativamente bem preservada.

O procurador da República em Santos, Luís Marrocos, responsável pela ação, afirmou que o objetivo é impedir o dano ambiental a uma área de alta biodi-

versidade protegida pela Lei da Mata Atlântica, de 2006.

Ele se baseou na análise de biólogos e engenheiros florestais peritos do MPF, em estudos publicados sobre a biodiversidade da área e também em parecer da Fundação Florestal do Estado, que considerou que a região deveria ser destinada à conservação por ser uma extensão do Parque Estadual da Serra do Mar.

"A região é peculiar porque ali o maciço florestal da Serra do

Mar chega até o estuário, encontrando os manguezais - situação propícia ao aumento da biodiversidade. Várias espécies ameaçadas de extinção vivem lá, como o guará-vermelho", explica o biólogo Fábio Olmos, consultor ambiental e autor de pesquisas usadas para fundamentar a ação.

É no manguezal onde se reproduzem várias espécies comerciais, como o camarão-branco e o robalo, e o local é área de alimentação para aves migratórias.

A medida é o mais recente movimento de um embate que vem ocorrendo há cerca de um ano entre o MPF e o Ibama, que havia expedido uma licença prévia autorizando a construção da empresa Santa Rita S/A. De acordo com Marrocos, no mesmo dia em que saiu a licença, o Ibama havia recebido uma recomendação do MPF para que ela fosse negada. Alguns meses depois, o procurador diz que voltou a se manifestar, dessa vez pedindo

para que a licença fosse revogada, o que não ocorreu.

"É iminente o risco de que a licença de instalação seja expedida e aí o dano estará feito", diz Marrocos. "Esgotamos as tentativas de ter uma solução extrajudicial, por isso entramos com a ação." O juiz fez ontem um despacho pedindo para o Ibama se pronunciar em 72 horas. O órgão disse que só vai se manifestar quando receber a notificação.

Governo de SP quer todas as salas de aula com lousa digital

Investimento será de R\$ 5,5 bi; além disso, haverá distribuição de tablets, mas governo diz que ainda analisa proposta

Mariana Mandelli

As escolas estaduais de São Paulo vão contar com lousas digitais em todas as salas. De acordo com o secretário de Educação Herman Voorwald, o governo vai lançar nos próximos dias uma parceria público-privada de R\$ 5,5 bilhões para dez anos. A distribuição de tablets também está prevista.

Segundo Voorwald, uma das propostas é ter, nas salas de aula, carrinhos em que os tablets estejam disponíveis para os alunos - que poderão usá-los e, depois, guardá-los. A iniciativa da pasta foi anunciada poucas semanas depois de o Ministério da Educação (MEC) afirmar que, até o fim deste ano, todos os professores de ensino médio das escolas públicas do País terão tablets.

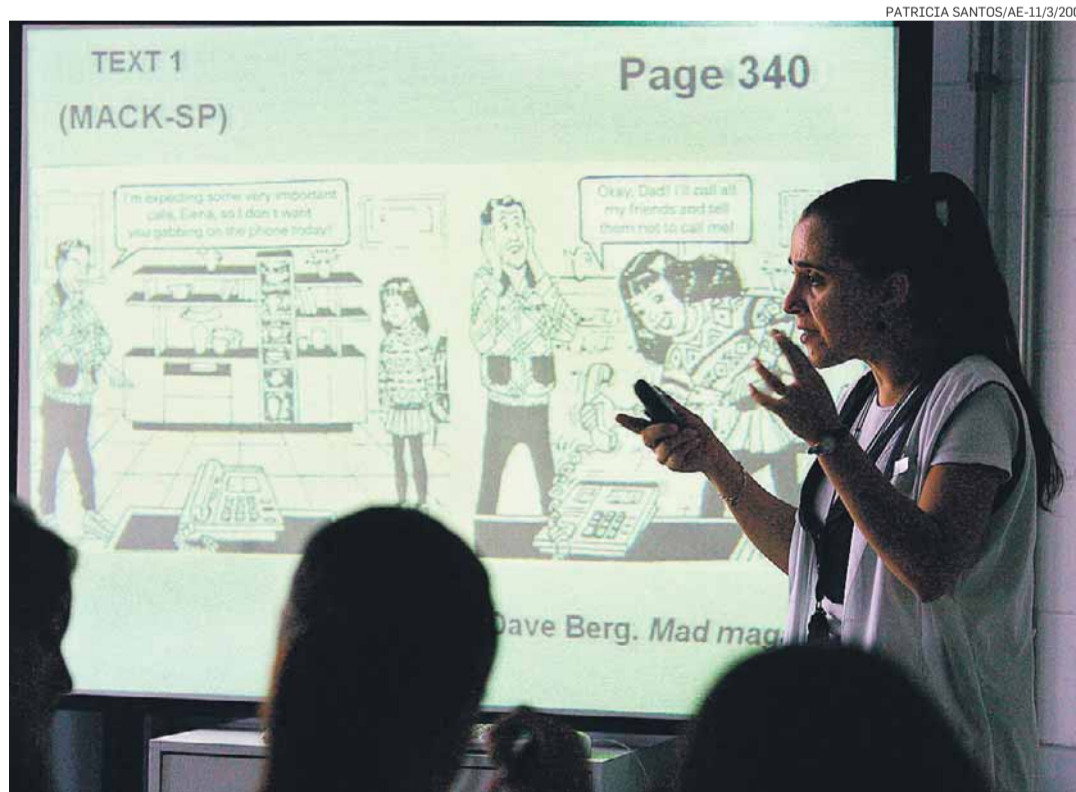
O pacote de ações da Secretaria Estadual de Educação inclui a reforma das escolas, capacitan-

do-as para a instalação dos equipamentos; a adequação do currículo aos aparelhos e a formação dos professores para lidar com as novas tecnologias. "É um conjunto de ações em que os instrumentos em si não são o mais caro. A formação dos professores é o ponto mais forte dessa proposta", afirma o secretário.

A ideia da secretaria é que as lousas e os tablets possibilitem uma maior interação durante o aprendizado dos conteúdos. "Uma vez formado, o professor usa aquilo como instrumento pedagógico de interação", explica Voorwald. "O núcleo duro é a capacitação do docente para lidar com essa tecnologia e usá-la para pegar o currículo da rede e ter uma interação mais próxima com os estudantes."

As declarações foram feitas durante o seminário Líderes em Gestão Escolar, organizado pela Fundação Lemann em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime-SP). Segundo o governador Geraldo Alckmin (PSDB), a PPP ainda está sob análise.

Crítica. O secretário criticou a distribuição de tablets sem proje-



Aula high-tech. Lousa digital no Colégio Anglo: novidade chegará às escolas estaduais

● Interação

ANNA HELENA ALTENFELDER
SUPERINTENDENTE DO CENPEC
"A lousa digital normalmente funciona como um centro organizador das outras tecnologias em sala de aula."

to pedagógico, sem citar diretamente a proposta do MEC. Segundo ele, "distribuir por distribuir" não adianta. "Da forma co-

mo está sendo feito, o Estado não fará. O tablet não pode ser por si só o salvador da pátria", disse. "Não acredito em distribuir computador para aluno, não acredito em distribuir tablet para cima e para baixo. Para mim, isso é ação eleitoral e não dá absolutamente nenhum resultado."

Na proposta do MEC, os equipamentos terão material didático para melhorar o conteúdo das aulas. O ministério prevê a compra de até 598.402 tablets.

Para especialistas, o uso da tecnologia na educação é positivo,

mas depende de preparo. "Uma lousa digital não garante aula melhor. O professor precisa ter clareza das possibilidades dessa ferramenta", afirma Anna Helena Altenfelder, superintendente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

Rosa Maria Farah, do Núcleo de Pesquisa da Psicologia em Informática da PUC-SP, destaca que a tecnologia pode empolgar os alunos. "Gera motivação nos jovens."

Ranking tem 7 universidades brasileiras

ESTADÃO.EDU

O Brasil emplacou 7 universidades entre as 200 mais bem colocadas do mundo no ranking da Webometrics, que mede a visibilidade das instituições nos principais mecanismos de busca da internet. A USP saltou da 43.^a para a 20.^a posição. Na edição de julho de 2011, eram 4 brasileiras entre as 200 primeiras (USP, UFRGS, Unicamp e UFRJ). A lista de janeiro de 2012 ganhou UFSC, UnB e Unesp - esta ultrapassando os catarinenses e chegando ao 122.^o lugar.

Nesta edição e na anterior, são 12 brasileiras entre as top 500. Apenas UFRJ, Unicamp e UFPE caíram: a primeira da 170.^a para a 171.^a posição e a segunda da 158.^a para a 193.^a. A UFPE não aparece mais, mas a Estadual de Maringá (UEM) entra na 499.^a posição.

As outras brasileiras de destaque são, em ordem decrescente: USP, UFRGS, Unesp, UFSC, UFRJ, UnB, Unicamp, UFPR, UFPA, UFBA e UFF.

estadão.com.br

Leia. Fuvest e Unesp divulgam listas de 2^a chamada
estadão.com.br/educacao